

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

2

Direção de
Rita de Cássia da Silva Almico
Victor Leonardo de Araujo

Títulos publicados

Coleção ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Indústria brasileira: origem e desenvolvimento, Wilson Suzigan

A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações, Victor Leonardo de Araujo & Fernando Augusto Mansor de Mattos (orgs.)

A ECONOMIA BRASILEIRA DE GETÚLIO A DILMA
— novas interpretações

Victor Leonardo de Araujo
Fernando Augusto Mansor de Mattos
organizadores

A ECONOMIA BRASILEIRA DE GETÚLIO A DILMA
— novas interpretações

HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2021

© Direitos autorais, da organização, 2020, de
Victor Leonardo de Araujo
Fernando Augusto Mansor de Mattos
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7776)
www.huciteceditora.com.br
www.lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial
MARIANA NADA

Produção editorial
KÁTIA REIS

Assessoria editorial
MARIANA TERRA

Circulação
ELVIO TEZZA

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

E22

A economia brasileira de Getúlio a Dilma — novas interpretações / organização Victor Leonardo de Araujo, Fernando Augusto Mansor de Mattos. – 1. ed. – São Paulo : Hucitec, 2021.

535 p. ; 23 cm.

(Economia e desenvolvimento ; 2)

Inclui índice
ISBN 978-65-86039-26-9

1. Economia – História – Brasil. 2. Economia – História – 1930-2016. I. Araujo, Victor Leonardo de. II. Mattos, Fernando Augusto Mansor. III. Série.

20-64559

CDD: 330.981
CDU: 330(81)1930/2016”

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

*Dedicamos este livro à professora
Lérida Maria do Lago Povoléri
(1946-2019)*

APRESENTAÇÃO

Durante o século XX, a economia brasileira passou por profundas transformações de ordem econômica, social e política. As mais importantes ocorreram no plano econômico, com modificações em sua estrutura produtiva por meio da industrialização, em curso desde o final do século XIX. Inicialmente ocorrida de forma “espontânea”, pouco a pouco a industrialização se tornou objeto de ação deliberada por parte do Estado brasileiro, que passou a desenhar as instituições e a formatar suas políticas com o intuito de “modernizar”¹ o país, objetivando primordialmente o desenvolvimento econômico.

No plano político, as disputas e tensionamentos entre as classes e frações de classes ocorridas ao longo do processo foram moldando as instituições e modernizando o capitalismo brasileiro e as relações de trabalho, a fim de viabilizar e facilitar o processo de acumulação de capital. Neste sentido, a década de 1930 é marcada como a delimitadora desse período chamado de desenvolvimentista.

No plano teórico, a *Teoria Geral* de Keynes constrói um novo paradigma de políticas públicas nas gestões fiscal e monetária, porém corroborando com um padrão de atuação estatal já em curso como forma de enfrentamento da crise econômica. No Brasil, o início da década é marcado pela ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, quando a industrialização em curso adquire novo patamar com a construção de instituições destinadas a apoiá-la.

O ano de 1930 demarca o início deste livro, em que analisamos a longa trajetória da economia brasileira desde o período desenvolvimentista até os anos atuais. É possível identificarmos, durante o período demarcado, dois grandes momentos. O primeiro, que vai até 1980, coincide com a criação e desenvolvimento das instituições do Estado brasileiro, tendo em vista a viabilização do processo de acumulação de capital, por meio da industrialização, entendida como imprescindível ao processo de desenvolvimento econômico. O segundo, a partir de 1980, coincide com o gradativo desmonte dessas instituições.

Portanto, o desenvolvimentismo e o neoliberalismo constituem fios condutores de cada período aqui abordado. Por isso o leitor e a leitora encontrarão diferentes abordagens explicativas, cujas matrizes comuns não são ortodoxas. E, talvez, esta seja a maior contribuição deste livro: a rejeição da hipótese segundo a qual o livre mercado proporciona a melhor forma possível de organização da economia e da sociedade.

¹ Ver, por exemplo: Draibe, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Nesta perspectiva, não analisamos questões de política econômica, como inflação e contração da atividade econômica, pelo excesso de moeda em circulação nem pela ação “irresponsável” de governos “gastadores”. Nossas abordagens privilegiam outros elementos explicativos, compatíveis com as várias tradições heterodoxas — keynesiana, kaleckiana, sraffiana, regulacionista. E o leitor e a leitora perceberão o óbvio que a tradição ortodoxa se nega a reconhecer: que políticas contracionistas contraem o nível de atividade.

Logo, este livro pretende preencher uma lacuna existente na história econômica referente ao período contemporâneo, possibilitando que o leitor e a leitora encontrem, num único lugar, interpretações não ortodoxas para as oito décadas de política econômica aqui debatidas.

Misturar história econômica com o período contemporâneo é desafiador. Para o passado, oferecemos novas interpretações possíveis à luz do desenvolvimento teórico recente; para o período mais recente, reconhecemos as dificuldades de interpretar os eventos mais contemporâneos, quando o presente corre rapidamente para virar história.

Para dar conta deste desafio, o livro tem contribuição de dezesseis autores e está dividido em dezoito capítulos. O recorte é político: cada capítulo demarca um mandato presidencial, desde o primeiro governo de Getúlio Vargas até o segundo governo de Dilma Rousseff. Entendendo haver continuidade entre os governos provisório, constitucional e o Estado Novo de Vargas, um único capítulo contemplará todo o período chamado de “primeiro governo Vargas”, que vai de 1930 a 1945.

Os mandatos dos vice-presidentes que assumiram a presidência da república são contemplados no capítulo referente ao seu titular. Portanto, o governo Café Filho será lido no capítulo referente ao segundo governo Vargas. Já o governo Itamar Franco será lido juntamente ao capítulo referente ao governo Collor. Como o mandato de João Goulart foi maior do que o de seu antecessor — que renunciou com sete meses de governo —, é ele, e não Jânio Quadros, quem intitula o capítulo que abarca os dois governos.

Os governos reeleitos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, embora de continuidade, têm inflexões entre o primeiro e o segundo governos que justificaram capítulos distintos para cada mandato. Finalmente, compreendendo que o período contemporâneo é o mais desafiador a ser interpretado — e porque não temos a pretensão de avaliar a conjuntura — optamos por não abordar, por enquanto, os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. E, em razão do pouco tempo de duração, os dezessete meses do segundo governo de Dilma foram contemplados no mesmo capítulo que discute o seu primeiro mandato.

Abrimos o livro com um capítulo teórico e histórico mais abrangente a respeito das experiências históricas, identificadas com um novo padrão de intervenção estatal na economia, surgidas no século XX, e das contribuições teóricas que sustentaram as políticas de desenvolvimento. Na sequência, discutimos os governos: Getúlio Vargas, Eurico Dutra, Getúlio Vargas (e Café Filho), Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, João Baptista Figueiredo, José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (primeiro e segundo), Luís Inácio Lula da Silva (primeiro e segundo) e Dilma Rousseff.

Boa leitura!

SUMÁRIO

- 9 APRESENTAÇÃO
- 17 PREFÁCIO
- Capítulo 1
- 21 **POLÍTICAS ECONÔMICAS, TEORIAS E CONTEXTOS SOCIAIS**
Carlos Pinkusfeld Bastos, Bruno Rodas Oliveira
- 22 Desenvolvimentismo: contexto histórico e aspectos teóricos
- 30 Experiências concretas de desenvolvimentismo
- 33 Revisão crítica do desenvolvimentismo e da Teoria do Desenvolvimento
- 33 *Críticas heterodoxas à Teoria do Desenvolvimento*
- 37 *Críticas marginalistas à Teoria do Desenvolvimento*
- 45 Considerações finais
- 47 Referências
- Capítulo 2
- 52 **O PRIMEIRO MANDATO DE VARGAS: ESFORÇO INDUSTRIALIZANTE
COM POLÍTICA ECONÔMICA HETERODOXA NUM CENÁRIO EXTERNO
CONVULSIONADO**
Fernando Augusto Mansor de Mattos, Marcio Alvarenga Junior
- 53 Efeitos da crise de 1929: o contexto internacional e os antecedentes políticos
internos
- 53 O contexto internacional
- 55 *Os antecedentes políticos internos*
- 59 As principais decisões de política econômica durante o primeiro mandato de
Vargas
- 60 *Governo provisório (1930-1934)*
- 67 *Governo constitucionalista (1934-1937)*
- 72 *Estado Novo (1937-1945)*
- 78 Breves notas adicionais sobre a política econômica no primeiro mandato de Vargas
- 88 Conclusões
- 90 Referências

Capítulo 3

- 95 GOVERNO DUTRA: CRESCIMENTO INDUSTRIAL SOB RESTRIÇÕES EXTERNAS E LIMITAÇÕES ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS INTERNAS
Fernando Augusto Mansor de Mattos, Joana Souza de Meirelles

- 97 Situando o mandato de Dutra em seu contexto histórico: questões políticas e econômicas
- 101 Cenário externo, geopolítica e inserção no comércio internacional
- 107 Evolução da política econômica e suas fases
- 107 *Política cambial e efeitos sobre a balança de pagamentos*
- 117 *Demais aspectos da política econômica e suas fases*
- 121 Crescimento e diversificação industrial
- 129 A questão social e o tema da distribuição de renda no debate econômico do período
- 135 Conclusões
- 139 Referências

Capítulo 4

- 144 O II GOVERNO VARGAS: LIMITES EXTERNOS DE UM ESTADO NACIONAL EM CONSTRUÇÃO
Gloria Moraes

- 145 O retorno democrático
- 151 A gestação do projeto de industrialização
- 158 As inflexões internacionais e a política externa do governo Vargas
- 172 Os limites do governo Café Filho
- 177 Considerações finais
- 178 Referências

Capítulo 5

- 183 O PERÍODO JK E O PLANO DE METAS
Carlos Pinkusfeld Bastos, Pedro de Vasconcellos Costa

- 183 Os antecedentes de planejamento
- 185 A elaboração do Plano de Metas (PM) e seus resultados globais
- 189 A evolução do setor externo
- 199 O Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) no PM
- 201 *A evolução e a institucionalidade do SFB na década de 1950*
- 204 *O financiamento ao setor privado do PM*
- 207 Inflação e estabilização
- 211 Desempenho macroeconômico
- 217 Considerações finais
- 219 Referências

Capítulo 6

- 221 A POLÍTICA MACROECONÔMICA E O REFORMISMO SOCIAL: IMPASSES DE UM GOVERNO SITIADO
Hildete Pereira de Melo, Carlos Pinkusfeld Bastos, Victor Leonardo de Araujo

- 223 Os fatos
- 225 O processo de substituição de importações e sua “crise”

- 227 A política econômica parlamentarista
235 A política econômica presidencialista: o desejo de reformas sociais
239 Um balanço do governo João Goulart: a construção de uma nova ordem socioeconômica abortada
244 À guisa de conclusão
245 Referências

Capítulo 7

- 247 GOVERNO CASTELLO BRANCO (1964-1966): DITADURA, ORTODOXIA E REFORMAS

Inês Patrício, Nelson V. Le Cocq D'Oliveira

- 248 O Paeg e a ditadura militar
251 Paeg: antecedentes, diagnóstico, objetivos e principais resultados
255 Reformas estruturais e modernização capitalista
262 Referências

Capítulo 8

- 264 A MACROECONOMIA DO GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)

Victor Leonardo de Araujo

- 265 O governo costa e silva: um panorama
267 As inflexões macroeconômicas
269 A política fiscal
273 A política financeira
277 A política cambial
280 Inflação e controle de preços
281 O debate: afinal, o Paeg pavimentou o caminho para o “milagre”?
286 Referências

Capítulo 9

- 289 A MACROECONOMIA DO GOVERNO MÉDICI (1969-1974): UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE AS CAUSAS DO “MILAGRE” ECONÔMICO

Victor Leonardo de Araujo

- 291 O panorama do período
293 A política macroeconômica
293 *A política fiscal*
297 *A política financeira*
300 *A política de combate à inflação*
302 O setor externo
304 A questão distributiva
307 A distribuição da renda, a política macro e as causas do “milagre”: uma contribuição ao debate
310 Referências

Capítulo 10

- 313 A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO GEISEL: DO II PND AO ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Luciana da Silva Ferreira

- 314 Principais linhas de ação do II PND
- 318 Cenário internacional e financiamento externo: 1974-1976
- 326 Crescimento do endividamento: período de 1977-1978
- 331 Conclusão
- 332 Referências

Capítulo 11

- 333 A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO FIGUEIREDO, O ENDIVIDAMENTO EXTERNO E SEUS IMPACTOS MACROECONÔMICOS
Luciana da Silva Ferreira

- 334 O governo Figueiredo e o início do processo de abertura
- 336 Os condicionantes externos da economia brasileira
- 337 A economia brasileira no governo Figueiredo
- 339 *O segundo choque do petróleo, os juros internacionais e a política econômica do Brasil*
- 339 O período de 1979 a 1982
- 347 Período de 1983-1985
- 353 Conclusão
- 354 Referências

Capítulo 12

- 355 NOVA REPÚBLICA (1985-1989): TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, CRISE DA DÍVIDA EXTERNA, INFLAÇÃO, LUTA PELA APROPRIAÇÃO DA RENDA E FIM DO DESENVOLVIMENTISMO
Eduardo Costa Pinto

- 356 Governo Sarney: fatos políticos e econômicos estilizados da transição democrática
- 361 A ruptura do financiamento externo brasileiro: mudanças no cenário internacional, crise da dívida externa e transferência de recursos para o exterior (1985-89)
- 368 O ajuste empresarial (das empresas e dos bancos) e o desajuste do setor público: faces da mesma moeda
- 372 Inflação, interpretações e estratégias de estabilização: Planos Cruzado, Bresser e Verão
- 373 *O debate sobre a inflação brasileira: ortodoxia monetarista, inflação inercial e conflito distributivo*
- 376 Plano Cruzado: antecedentes, estabilização temporária e crise
- 379 Planos Bresser e Verão: remendos e arremedos
- 381 Luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo: a economia política do governo Sarney
- 384 Considerações finais
- 385 Referências

Capítulo 13

- 387 A ECONOMIA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1990: INFLAÇÃO, MUDANÇA ESTRUTURAL E ESTABILIZAÇÃO
Carlos Pinkusfeld Bastos, Fernando Ferraz

- 388 A administração Collor de Mello — Política macroeconômica
- 388 *Plano Collor*
- 396 *Plano Collor 2*

- 397 A gestão *Marcílio Marques Moreira*
- 398 *Retorno ao mercado internacional de capitais*
- 402 Abertura comercial e política industrial
- 404 Privatizações. Programa Nacional de Desestatização (PND)
- 406 Plano Real
- 417 Resultados e considerações
- 422 Referências

Capítulo 14

- 424 O PRIMEIRO GOVERNO FHC (1995-1998): O NEOLIBERALISMO ESCANCARADO

Victor Leonardo de Araujo, Denise Lobato Gentil

- 425 A adesão ao projeto neoliberal
- 427 *Abertura externa e privatizações*
- 430 *Finanças públicas estaduais*
- 431 *O setor financeiro*
- 435 A macroeconomia do primeiro governo Cardoso
- 442 Um balanço do primeiro governo Cardoso
- 445 Referências

Capítulo 15

- 448 O SEGUNDO GOVERNO FHC: CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO PROJETO NEOLIBERAL

Victor Leonardo de Araujo, Denise Lobato Gentil

- 449 O panorama do período
- 451 Flutuação cambial, metas de superávit fiscal e metas de inflação: a transição do regime de política macroeconômica
- 456 Bancos públicos: privatizações e reestruturação
- 458 O desempenho do período
- 465 Um balanço do período
- 466 Referências

Capítulo 16

- 469 O PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003-2006): RETOMADA DO CRESCIMENTO E BONANÇA INTERNACIONAL

Victor Leonardo de Araujo

- 470 O panorama do período
- 473 A política macroeconômica
- 477 O cenário internacional
- 484 A demanda interna
- 487 O primeiro governo Lula: um balanço
- 488 Referências

Capítulo 17

- 491 O SEGUNDO GOVERNO LULA (2007-2010)

Miguel Bruno

- 491 O regime de crescimento: aspectos conceituais
- 492 O regime de política econômica: aspectos conceituais
- 494 A economia no período 2007-2010: regime de crescimento, política econômica e formas institucionais fundamentais
- 496 O regime de acumulação: principais características por forma institucional
- 497 As relações Estado-economia
- 501 O regime monetário-financeiro: altas taxas de juros e câmbio apreciado
- 504 A relação salarial: muita flexibilidade e institucionalização incompleta
- 506 As formas institucionais da concorrência e de inserção internacional: contradições face às necessidades do desenvolvimento industrial
- 508 Políticas governamentais para impulsionar o desenvolvimento equitativo e sustentável
- 511 Regime de política econômica
- 512 Considerações finais
- 516 Referências

Capítulo 18

- 517 OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF: DA “NOVA MATRIZ MACROECONÔMICA” AO GOLPE DE 2016

Miguel Bruno

- 518 Auge e crise de um regime de crescimento pleno de contradições
 - 519 Inserção internacional
 - 519 *Forma da concorrência*
 - 519 *Regime monetário-financeiro*
 - 520 *Forma do Estado*
 - 521 Os programas de política industrial
 - 522 As políticas sociais
 - 523 A financeirização promove a mercantilização dos serviços públicos, ameaçando o incompleto Estado Social brasileiro
 - 525 Relação salarial
 - 526 Regime de acumulação: desindustrialização e baixa produtividade
 - 529 Regime de política econômica
 - 530 *A política fiscal no governo Dilma Rousseff*
 - 531 *A política monetária no governo Dilma Rousseff*
 - 533 Considerações finais
 - 534 Referências
- 537 SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO

Caso pretendêssemos caracterizar em poucas palavras esta obra, seriam elas: um livro de personalidade. Nos últimos anos, houve trabalhos aparentemente similares publicados. No entanto, este que o leitor tem em mãos possui certas particularidades que o distinguem. E tais distinções são sempre para melhor. Por isso, ao contrário de prefácios tradicionais mais descritivos, em que usualmente cada capítulo é resumido, optamos aqui por salientar os fios invisíveis que dão unidade à obra e lhe asseguram a referida personalidade.

Em primeiro lugar, a abrangência de um período relativamente curto para quem está acostumado com o padrão dos estudos históricos: menos de um século — de 1930 à atualidade — ou, como o título expõe, de Getúlio a Dilma. Corte que permitiu aos autores aprofundarem-se em cada período analisado, inserindo a economia brasileira no contexto internacional e privilegiando uma abordagem que incorpora as variáveis políticas. Tal opção metodológica os afasta dos manuais tradicionais, nos quais a conjuntura parece ter vida própria, e a política econômica resulta como mera opção dos *policymakers*, como se cometessem “erros” e “acertos” de acordo com a pertinência ou não dos modelos teóricos escolhidos para iluminar suas decisões. A escolha por entrosar economia e política está subentendida na própria opção de construir o relato histórico tendo por base, como periodização, os governos presidenciais: as mudanças políticas, com impacto na área econômica, singularizam cada equipe econômica e ajudam a elucidar suas decisões.

Destarte, vai no mesmo sentido assinalar que os organizadores da obra optaram por uma leitura do período alicerçada na heterodoxia econômica. Heterodoxia que, todavia, não se restringe a uma cartilha monolítica, e sim compreende ampla abrangência de tradições teóricas diferentes, como os organizadores arrolam, principalmente: keynesiana, kaleckiana, rraffiana, regulacionista. O que tampouco significa que os autores vinculados ao *mainstream* sejam excluídos. Ao contrário, muitas vezes, a depender das controvérsias abordadas, são chamados ao diálogo. A simbiose entre a aparente restrição à “não ortodoxia” e a amplitude das contribuições teóricas incorporadas se torna visível no primeiro capítulo, intitulado “*Políticas econômicas, teorias e contextos sociais*”, fundamental para o leitor diligente entender as análises que virão nos demais capítulos. Além dos brasileiros, com Celso Furtado à frente, há tributo aos clássicos trabalhos de Hans Singer, Harrod, Hirschman, Kuznets, Lewis, Nurkse, Prebisch, Rosenstein-Rodan, além de alguns mais recentes, como Amsden e Chang. A seleção de autores permite

visualizar que os capítulos vindouros privilegiam a abordagem do desenvolvimento, pois são seus principais nomes os convidados a fundamentá-los teoricamente e robustecer seus conteúdos.

Tal arcabouço dá sentido à divisão das nove décadas abrangidas pelo livro, em dois grandes períodos, sumariados como o do desenvolvimentismo e o do neoliberalismo, tendo como ano divisor 1980. A racionalidade do processo histórico, caro à tradição hegeliana, manifesta-se ao procurar o *Zeitgeist* de cada época, que une os fatos à primeira vista aparentemente dispersos e lhes confere significado. Isso implica reconhecer que os governos entre 1930 e 1980, mesmo sob ideologias diferentes e marcados por inúmeros conflitos políticos, assumiam como prioridade o desenvolvimento, sob o arcabouço de uma estrutura social regulada, em que se atribuía ao Estado papel relevante para conduzir o país a um futuro almejado. Assim, o período é marcado por mesma institucionalidade fundante, que abrange o aparato estatal, as leis, a burocracia e suas relações com a sociedade, as classes e as instituições — entendidas na velha tradição que engloba crenças, ideologias, intenções e objetivos a serem perseguidos.

As décadas posteriores assistiram gradualmente à reversão de tal projeto. As reformas passaram a ter outro sentido: voltam-se a reforçar os mecanismos de mercado, ao contrário do período precedente, cujo propósito consistia em atribuir ao Estado um papel proativo com relação a industrialização, redistribuição de renda, afirmação da nacionalidade e outros valores associados à *Weltanschauung* desenvolvimentista. A força que se impõe hegemônica transparece visível nas dificuldades de governos, mesmo teoricamente adeptos a tais ideais, de construir uma política econômica alternativa, capaz de retomar a trajetória de convergência do Brasil com relação aos países líderes em termos de crescimento. No período de 1930 a 1980, ou de Vargas a Geisel, o Brasil foi a economia do mundo que mais cresceu (talvez excetuando-se o Japão), chegando nessa última década a um grau de industrialização sem similares na América Latina, e mesmo em comparação a alguns países do Primeiro Mundo. A reversão desse quadro nas décadas seguintes, marcadas pelo baixo crescimento, desindustrialização, exportações de baixo valor agregado e sem alteração das desigualdades sociais, com a sucessão de “décadas perdidas”, afronta claramente o imaginário ortodoxo que faz um esforço hercúleo para associar desenvolvimentismo a estatismo exagerado, populismo, frouxidão na condução da política econômica, inflacionismo e demagogia. Que “irresponsabilidade econômica” ou populismo são esses que asseguram melhor desempenho em variável tão significativa em mensurações caras ao próprio *mainstream*, por exemplo, o PIB como indicador de crescimento?

Finalmente, cabe assinalar que, embora aborde os temas com profundidade, o livro tem caráter didático. Escrito em linguagem acessível, mesmo admitindo como público-alvo estudantes de Economia, pode ser facilmente compreendido por leitores de formação universitária de outras áreas. Além disso, é bastante atualizado no que diz respeito às novas bibliografias produzidas a cada ano, o que reflete a dinâmica da academia brasileira e o alto nível da produção de teses, dissertações e artigos em congressos e

revistas especializados. Esperamos que nossa contribuição não fique prejudicada pelas dificuldades dos novos tempos. Que as nuvens sejam passageiras e não impeçam a permanência e reatualização de futuras edições desta obra.

— PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, onde também foi pró-reitor de Pesquisa e vice-reitor. É pesquisador do CNPq desde 1987. Foi membro do Comitê de Economia do CNPq entre 2011 e 2017 e coordenador da área de Economia da Capes. É doutor em Economia pela USP.